

O JORNAL NO ENSINO MÉDIO: EM BUSCA DE UM PROGRAMA MÍNIMO DE LEITURA

Wanderley Sueiro
Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2007

Orientação: Profª Drª Lídia Maria Gonçalves – UEL

RESUMO

Esta produção resulta das nossas experiências no uso do jornal como ferramenta didática. A riqueza desse suporte de textos para o trabalho com a disciplina de Língua Portuguesa e a necessidade de contextualização dos conteúdos escolares levou-nos a tomá-lo como objeto de estudo. Apesar da existência de alguma bibliografia sobre a mídia impressa em sala de aula, à medida do desenvolvimento da proposta de aplicação, detectamos a necessidade de se propor um programa de leitura para o jornal, informado pelos estudos na área de leitura, especialmente os relacionados ao conhecimento do contexto sócio-histórico de produção, bem como aos mecanismos de estruturação do significado. Em tal direção, com o rastreamento de fontes bibliográficas atinentes, tencionamos esboçar um trajeto teórico contemporâneo para orientar um programa mínimo de utilização do jornal em sala de aula no Ensino Médio.

Palavras-chave: Leitura; Jornal; Ensino Médio

ABSTRACT

This production is the result of our experiences with the use of newspaper as didactic tool in a high school classroom. The potentiality of this media for the discipline Portuguese Language and the need for contextualization of school contents have lead us to take newspaper as a study object. In spite of the existence of some bibliography about newspaper in classroom, as we developed an application proposal, a demand for a reading program based on the contemporaneous developments in the field of socio-historical contexts of text production, as well as on those related to meaning structuration naturally arose. In this direction, based on pertinent bibliographic sources, we intend to outline a contemporaneous theoretical route to guide a minimum program for the use of newspaper in the high school level.

Key-words: Reading; Newspaper; High School.

CONTEXTO, MOTIVAÇÕES, POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES

Ao ingressarmos, em 2007, no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria de Estado da Educação, aderimos à linha de pesquisa “Ensino-aprendizagem e formação do professor de Língua Portuguesa e outras linguagens”, sob a orientação da Professora Dr^a Lídia Maria Gonçalves, do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina.

Motivou-nos a pesquisa a riqueza da mídia impressa para um trabalho produtivo, particularmente nas aulas de Língua Portuguesa. Como faltava um projeto voltado especificamente ao jornal no Ensino Médio, o grupo de 6 orientandos da professora propôs-se a esboçar uma proposta para essa modalidade de ensino. Após um ano de estudos teóricos, nos dois primeiros períodos (2007), o 3º período do PDE (2008) previa a Proposta de Aplicação na Escola, em que optamos por uma intervenção direta em sala de aula. Tínhamos, então, como ferramenta didática, exemplares de jornal. Toda semana tínhamos o compromisso de dar uma aula voltada para a formação de leitores por meio do jornal. Apesar da existência de trabalhos sobre essa mídia na Educação, como os que mencionaremos adiante, sentíamos a necessidade de um programa de leitura do jornal impresso embasado em estudos discursivos. Ao prepararmos a aula, tínhamos o jornal, com seus cadernos, seus temas, seus gêneros, mas o que escolher, que aspecto abordar? A aula seria preparada a partir da leitura do jornal ou buscaríamos os tópicos em programa básico de leitura? Enquanto pesquisadores, sentíamos certo desamparo em ter de ‘inventar’ uma aula com jornal, sem uma direção planejada. Faltava, então, o tal ‘programa básico’. Porém, nunca o pensamos como definitivo, visto que as próprias verdades das ciências, também as das ciências lingüísticas, que nutrem nossa prática, são revisadas continuamente. O programa foi pensado, no entanto, como um embasamento a nortear um trabalho regular com o jornal, informado pela bibliografia mais atualizada possível.

Assim, tal dificuldade, sentida na prática pedagógica, fez-nos pensar o programa de leitura para a abordagem de aspectos como o conhecimento do contexto sócio-histórico de produção, bem como dos mecanismos de estruturação do significado nos textos de jornal impresso, uma vez as questões gramaticais já

têm seu tratamento nos compêndios normativos e as questões de organização e estrutura do jornal foram enfatizadas em trabalhos como os de FARIA (1996, 2003).

O JORNAL EM SALA DE AULA: NOSSO OBJETO DE PESQUISA

Longe de minimizar o papel do livro didático para o professor brasileiro, supomos que ele não tem o mesmo potencial de motivar uma boa aula que o frescor de um jornal, mesmo que este não seja o do dia. Vale mencionar que há, nos cinco continentes, projetos que usam o jornal em sala de aula, considerando-o valiosa ferramenta de ensino. De fato, apresenta-se como excelente suporte de textos variados, podendo ser adequado a qualquer idade ou nível de ensino, além de trazer assuntos que interessam a pessoas de qualquer origem social. Com efeito, as temáticas veiculadas podem despertar curiosidade e necessidade de leitura, motores da criação do hábito e gosto por essa capacidade tão essencial. Acima de tudo, o jornal possibilita levar o aluno à compreensão de que vivemos em uma sociedade conflitante, onde ocorre um jogo de interesses, e que o jornal, ao reproduz esse jogo, instiga à reflexão sobre suas causas e conseqüências e à busca da compreensão dessa dinâmica.

Acrescente-se que a língua “congelada” em determinado estágio de sua evolução pela gramática tradicional está longe de constituir tema de interesse para os alunos, questão já sobejamente discutida nos meios acadêmicos. Enquanto pululam à volta do aluno novos gêneros textuais e variações da língua na internet e mídia em geral, a gramática normativa pretende conter a língua numa caixinha limitada, confinando-a para que possa ser observada e estudada. Inserida num *continuum* de transformações e mudanças a ela inerentes, a língua não se presta a tal adestramento.

Por essas e outras razões, elegemos o jornal como suporte de nosso objeto de estudo. Não se visava diretamente ao ensino de gramática ou da norma culta. Sabe-se, no entanto, conforme desenvolveremos mais detalhadamente adiante, que o indivíduo exposto a determinados dados lingüísticos, no caso a norma padrão, variedade majoritariamente usada no jornal, tende a ampliar sua competência nesse universo lingüístico, mesmo sem atividades diretamente voltadas a esse fim. E, como estudiosos da Sociolingüística, importam-nos diretamente, também, os textos

que poderão proporcionar reflexões sobre a variedade lingüística e a questão da adequação da linguagem aos diferentes contextos.

Focalizando a língua enquanto conjunto de variedades, não se perde de vista o papel central das aulas de Língua Portuguesa, o qual, segundo hoje se entende, é o de proporcionar a todos a oportunidade de aprender/adquirir particularmente a variedade culta da língua como instrumento para usufruto de tudo o que o domínio dessa variedade pode proporcionar ao indivíduo na sociedade em que se insere, em conformidade com as Diretrizes Curriculares para Língua Portuguesa (2006), em que se enfatiza o objetivo mais amplo de:

“Reconhecer a importância da norma culta da língua de maneira a propiciar acesso aos recursos de expressão e compreensão de processos discursivos, como condição para tornar o aluno capaz de enfrentar as contradições sociais em que está inserido e para a afirmação de sua cidadania, como sujeito singular e coletivo.” (p.23).

Como referimos, em nossa tarefa de trabalhar com os Professores da Rede e de intervir positivamente na realidade escolar, aderimos à proposta da Prof^a Dr^a Lídia Maria Gonçalves, da Universidade Estadual de Londrina, de trabalho com o jornal em sala de aula, convencidos de seu imenso potencial para o ensino da língua portuguesa, uma vez que pode ensejar práticas que contemplem os eixos **oralidade**, **leitura** e **escrita** das Diretrizes Curriculares para Língua Portuguesa (PARANÁ, 2006), fundamentados, a princípio pela tese “Do leitor ao leitor: um estudo de caso sobre as insuficiências do jornal em sala de aula” (GONÇALVES, 2004)

O foco na leitura é particularmente relevante porque esta

...enquanto modo peculiar de interação entre os homens e as gerações, coloca-se no centro dos espaços discursivos escolares, independentemente da disciplina ou área de conteúdo” (SILVA, 2005, p.16).

A formação de leitores competentes, conforme entendemos, é um dos principais problemas da educação no Brasil hoje. Sem medo de exagerar, colocamos que deve ser a preocupação central não apenas do professor de língua portuguesa, mas de todas as áreas, uma vez que quase todo o conhecimento escolar e extra-escolar é veiculado pela escrita. A situação colocada por PERINI (2005), da incapacidade de grande parcela de nossa população egressa da escola

em ler uma página de forma minimamente compreensível, já nos daria razões de sobra para a necessidade de intervenção nessa área.

Neste trabalho, especificamente, assumimos que um passo importante na formação de leitores deve ser a localização do aluno enquanto usuário da língua portuguesa. Assim, como o professor de Geografia procura localizar o aluno no mundo circundante, o professor de língua portuguesa deve ajudar o aluno a perceber o território da língua, compreendendo onde está e onde deve chegar para atingir competência comunicativa, ou, como postulado nas Diretrizes Curriculares para a disciplina, a competência discursiva em sua língua.

Para esse processo, que passa por discussões sobre variedades lingüísticas, preconceito lingüístico e importância da norma culta, motivadas no presente estudo por textos de jornal, adotamos a denominação de educação sociolingüística. Nessa direção, entendemos que o veículo se apresenta como excelente suporte para tal reflexão, pela variedade de registros de língua que comporta, além da ênfase que pode ser dada à importância da língua padrão em nossa sociedade. Para isso, as posições explícitas e implícitas sobre a natureza da língua também podem dar margem a produtivas discussões com os alunos conforme o texto jornalístico abordado.

NOSSAS LEITURAS: A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estruturam-se estes fundamentos teóricos da seguinte forma: inicialmente fazemos breve revisão de literatura referente ao uso do jornal em sala de aula, seguida de alguns desenvolvimentos em Sociolingüística, também possíveis no trabalho com a mídia. Na seqüência, procuramos nos situar em relação às perspectivas de língua, texto e de leitura subjacentes à nossa abordagem do jornal como materialidade do presente estudo. Faz-se necessária essa explicitação, pela percepção que compartilhamos com TRAVAGLIA (1997, p.10) de que:

“o professor deve evitar a adesão superficial a modismos lingüísticos ou da pedagogia da língua materna, sem, pelo menos, um conhecimento substancial das teorias lingüísticas em que se embasam e dos pressupostos de todos os tipos (lingüísticos, pedagógicos, psicológicos, políticos, etc) que dão forma a teorias e métodos.”

Como acrescenta o autor, na tarefa de ensinar língua portuguesa, é preciso a consciência das opções que fazemos, para evitar situação indesejável de agirmos como autômatos inconscientes, sob comando de outros ou aderindo a causas com que nem sempre simpatizamos.

Desse modo, embora, sabidamente, o professor tenha a tendência geral de rejeitar a teoria, ela se faz necessária, pois

“É da polifonia resultante do diálogo das teorias próprias (mesmo que informais a princípio) com as teorias alheias que resulta uma maior e crescente segurança para o professor, e, conseqüentemente, uma maior flexibilidade para enfrentar as mudanças que a abertura do diálogo vai por força trazer para o jogo” (BLATYTA, 1999, p.80).

Finalmente, abordamos questões como contexto, gêneros textuais e intertextualidade, as quais se revelaram produtivas para o trabalho com jornal em sala de aula.

Nessa direção, como é proposta do PDE, esperamos poder oferecer alguma contribuição para estabelecer o elo entre a produção acadêmica e a prática do professor, compartilhando nossas leituras, vivências e reflexões sobre os desenvolvimentos das ciências da linguagem, posto que existe saber acumulado, sistematizado e disponível na área, que pode proporcionar algum reflexo positivo nos resultados de suas ações em sala de aula.

Vale mencionar que a Biblioteca do Professor, a que todo professor estadual tem acesso, senão em sua escola de lotação, em outras do município que oferecem Ensino Médio regular ou Núcleos de Educação, tem livros básicos para a fundamentação do professor em todos ou quase todos os aspectos aqui abordados. Dessa forma, não haverá grandes dificuldades em encontrar fontes bibliográficas, ao propormos ao Professor da Rede ações mais bem fundamentadas teoricamente.

O JORNAL EM SALA DE AULA

Enquanto professores de língua portuguesa, o primeiro argumento que nos faz pensar o jornal como alternativa é obviamente a linguagem. O jornal, pelo menos aquele dirigido a um grande público, procura veicular as notícias em língua padrão, a língua realmente em uso na atualidade. Embora a chamada língua padrão seja na

verdade um “peixe ensaboado”, pela dificuldade que se encontra em descrevê-la, como referem FARACO & TEZZA (1992, p.31):

“E tanto mais difícil será de definir, quanto mais transformações sociais, políticas e econômicas se passem em curto espaço de tempo em uma dada sociedade, como é o caso do Brasil. De tal modo, que um gramático conservador, munido de compêndios, que passasse um mês diante dos noticiários de televisão ou lendo jornais e revistas, acabaria por declarar, desesperado, que ninguém mais sabe falar e escrever português no país!”

Mas, mesmo com a dinâmica de mudança inerente à língua, o jornal procura espelhar uma norma aceitável, vigente no momento, dado que língua escrita é mais resistente a incorporar as mudanças. Assim, mesmo que essa mudança fosse tão vertiginosa a ponto de se considerar impossível sua descrição acurada para fins de uma gramática prescritiva, o aluno que desenvolvesse o gosto pela leitura de jornais ou revistas estaria sempre atualizado nos registros de língua aceitáveis em dado momento sócio-histórico.

Então, como destaca FARIA (1996, p.12):

“... a linguagem jornalística oferece hoje uma espécie de ‘português fundamental’, uma língua de base, não tão restrita que limite o crescimento lingüístico do aluno e nem tão ampla que torne difícil ou inacessível o texto escrito ao comum dos estudantes.”

Ainda no que respeita ao uso do jornal enquanto recurso para o desenvolvimento lingüístico do educando, verifica-se que, em geral, essa prática não tem desenvolvido atividades específicas para o “treino” de estruturas lingüísticas, conforme a tendência originada sob a influência do estruturalismo e do comportamentalismo presentes nas teorias de ensino da década de 70. Na verdade, a melhoria na capacidade de produzir textos (orais e escritos) viria como produto subjacente de uma prática assistemática de linguagem. Destaque-se *de linguagem*, pois acreditamos, por outro lado, ser possível desenvolver-se uma metodologia sistemática para a exploração do jornal na sala de aula, como de fato existe.

No trabalho voltado para melhorar o domínio da língua viva, FARIA (op. cit.) menciona que o lingüista Noam Chomsky acreditava na “criação de estímulo para que se liberem capacidades internas inatas.” (p.15). Assim, o mesmo dispositivo

inato possibilitador da aquisição da linguagem estaria atuando na exposição do aluno à língua escrita em uso:

“A criança aprende a falar vivendo situações de comunicação com as pessoas que a cercam; seu aprendizado se faz pela observação, pela imitação, pela autocorreção, pelas inúmeras tentativas de fala desencadeadas, segundo Chomsky, pela capacidade inata de ‘estruturar no cérebro o esquema lingüístico específico, ou seja, a língua a cujos dados é exposta’.” (idem)

Além dos objetivos específicos de ensino da língua portuguesa, o segundo argumento para a nossa opção pelo jornal em sala de aula está em que, como coloca ZANCHETA (2006, p.6), *“tal exercício resultará na politização da experiência individual e coletiva em torno da mídia, e talvez contribua para um renovado exercício de politização da própria escola.”*

Assim, ao se trazer o mundo para dentro da escola, oportuniza-se o diálogo da escola com os discursos externos a ela, conectando-se os conteúdos escolares de forma imediata aos acontecimentos do mundo circundante, o que vem a atender a tendência da educação contemporânea para a contextualização desses conteúdos.

Tal aproximação do objeto jornal em sala de aula nos parece mais produtiva do que uma exploração pretextual, ou seja, de se aproveitar o jornal para atividades de exploração gramatical. Na perspectiva mais produtora que podemos vislumbrar, as atividades de exploração gramatical só farão sentido em sua contribuição para o desvendamento dos efeitos de sentido e dos discursos presentes nos textos lidos. Essa é a razão por que não se pode prescindir do aparelhamento do professor com os estudos das ciências da linguagem, no aspecto referido, da Semiótica e da Análise do Discurso, pois, como evidencia CHEIDA (2006, p.7),

“O jornal serve como intermediador dotado de características ideológicas e valorativas que precisam ser conhecidas para a referência de leitura crítica sobre o modo de fazer o jornal e como esse modo lê a realidade e qual a realidade. Mesmo porque, o ato de editar um jornal é uma prática de escolha e seleção sobre o que é relevante ou não para a demanda editorial e mercadológica da empresa de comunicação.”

Por isso, propomos que o jornal não seja tomado apenas como um objeto em si para estudo. Professor e aluno devem também buscar informações externas

sobre a propriedade e a política editorial dos jornais eleitos para exploração em sala de aula. Compartilhamos do posicionamento de que é a partir do conhecimento da posse dos veículos que se inicia o desvendamento de suas ideologias e interesses, uma vez que *“O Estado, associações corporativas e sindicais, organizações não-governamentais e até indivíduos detêm a posse de veículos jornalísticos com os mais variados fins.”* (CHEIDA, 2006, p.5).

Por outro lado, as dificuldades para o trabalho com o jornal em sala de aula não podem ser ignoradas. Na verdade, falta uma cultura pedagógica para o enfrentamento dos meios de comunicação. Individualidade, assistemática e dispersão são características da maioria dos trabalhos que se empreendem na área. É certo também que a revolução digital trouxe grande complexidade de apresentação dos suportes midiáticos, na mescla do texto, da imagem e do som (acrescentamos que, no jornal, dos dois primeiros):

“Tais mudanças implicam dificuldade a mais para a escola, cuja marca é a abordagem compartimentada em disciplinas, em conteúdos, em unidades específicas, em uma perspectiva didática linear, que contrasta com a simultaneidade dos estímulos recorrentes nos meios de comunicação.” (ZANCHETTA, 2006, p.4)

Todavia, não será essa complexidade a nos afastar do jornal como recurso de ensino. Pois, se essa é a realidade midiática com que convivemos, é inegável que:

“... necessitamos de vivências contínuas e cada vez mais amadurecidas com as diferentes linguagens, com os diferentes gêneros e tipos de linguagem de modo a enriquecer, a ir polindo a nossa inteligência sobre o mundo através do nosso pensamento.” (SILVA, 2006, p.1)

Constatamos que a concorrência de linguagens e veículos, certamente de maior apelo aos mais jovens, como é a televisão e o computador, acarreta em maior dificuldade em conseguirmos sua atenção para o livro, a revista e o jornal, além do que tais veículos são mercadorias caras em nosso país. No quadro de leitura, apontado como “vergonhoso” por Silva (op. cit., p.3), o acesso ao universo da escrita e aos bens ali contidos ainda é uma meta a ser alcançada em nossa realidade, situação em que, a nosso ver, se evidencia o imprescindível papel mediador do professor.

Assim, ao atuar na vertente da cidadania, o professor deverá estar ciente de que, em relação à televisão e à internet,

“o tratamento dos fatos pela escrita exige um modo específico, mais reflexivo e seletivo de recepção. [Essa percepção contempla] o significado maior da leitura nos dias de hoje, pensando na complexidade da sociedade, [que] é o de melhor qualificar nossas ações, reações e decisões nas diferentes dimensões da vida.” (SILVA, 2007, p.3)

As outras duas vertentes do jornal e do discurso jornalístico que mostram sua importância para o ensino, segundo o mesmo autor, são: a vertente lingüística: o jornal é rico e diferenciado em tipos de escrita; há as relações internas entre as partes e seções (intertextos) e relações entre palavra-imagem, que enriquecem a leitura; a vertente cognitiva: o jornal acompanha o desenrolar dos acontecimentos, propiciando posicionamento e análise crítica. A análise das versões do jornal (do mesmo ou de diferentes, acrescentamos) possibilita a “criticidade, des-coberta, des-velamento, re-criação.” (idem)

EDUCAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA

No programa mínimo que pensamos para o uso do jornal como ferramenta pedagógica era inconcebível passar ao largo das reflexões sobre a variedade lingüística, temática desenvolvida em nossa dissertação de mestrado (SUEIRO, 2001). Em tal aspecto, segundo entendemos, o texto midiático escrito apresenta enormes possibilidades de exploração no ensino-aprendizagem de língua materna.

Travaglia (1997) apresenta as variedades lingüísticas como sendo basicamente de dois tipos: **variação dialetal**, relacionada aos emissores e **variação de registros**, ligada ao contexto.

Na variação dialetal, temos as dimensões: *a) territorial, geográfica ou regional; b) social; c) de idade; d) de sexo; e) de geração (variação histórica); f) de função*: exemplo: quando governantes ou altas autoridades usam o plural majestático, com o pronome “nós”, para expressar seus desejos e intenções.

A variação de registros, por seu turno, liga-se a: *a) grau de formalismo; b) modo*: língua falada em contraposição à língua escrita; *c) sintonia*: ajustamento que o falante faz do texto tendo em vista seu ouvinte. A sintonia, por sua vez, apresenta as dimensões de *status* (o lugar do interlocutor), *tecnicidade* (determinada pelo

volume de informações que o falante julga que o ouvinte tem), *cortesia* (a dignidade que o falante considera apropriada ao seu ouvinte e à ocasião) e *norma* (consideração pelo uso de uma “boa” linguagem adequada a determinado interlocutor).

Ressalte-se que, em que pesem essas considerações sobre a riqueza e variedade da língua, paira uma unanimidade na importância dada ao ensino da língua padrão na escola, posição que pode ser bem sintetizada pelo texto das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação básica no Estado do Paraná:

“Não se devem tomar as variedades lingüísticas como pretexto para discriminação social, mas promover o diálogo entre os diferentes falares, considerando a necessidade de sua escolha, conforme as circunstâncias de interlocução. Isso não significa valorizar em excesso as variedades lingüísticas em prejuízo da norma padrão; ao contrário, a sala de aula é o espaço de apropriação desse conhecimento, porque é o único lugar que possibilita, à grande maioria da população, contato com a norma culta da língua.” (PARANÁ, 2006, p. 25).

Nessa direção, preserva-se a identidade cultural específica do aluno, no que tange à sua variedade. O ensino da norma culta, assim, não tem o sentido de supressão ou substituição, mas de ampliação da competência lingüística, de acréscimos ao repertório lingüístico do educando, para que ele possa empregar uma ou outra variedade de acordo com as circunstâncias de uso.

Para Bortoni-Ricardo (2005, p.15), “o caminho para uma democracia é a distribuição justa dos bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante”. Faz coro assim com a tendência geral da lingüística, a qual recomenda o ensino da norma culta nas escolas, preservando-se paralelamente os saberes sociolingüísticos e os valores culturais que o aluno traz de seu ambiente social.

A atuação nesse sentido faz-se necessária pela constatação de que a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição iníqua de oportunidades e de bens materiais. Desse modo,

“Se a padronização é impositiva, não deixa de ser também necessária. Ela está na base de todo estado moderno, independentemente de regime político, na formação do seu aparato institucional burocrático, bem como no desenvolvimento do acervo tecnológico e científico. Pesquisas na área de planejamento lingüístico mostram que existe uma correlação positiva entre o grau de padronização lingüística de um país e seu estágio de modernização. O problema não parece estar, pois, na existência de um

código padrão, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele.” (idem)

Sem deixar de reconhecer a verdade dessa afirmação, não se assume, no entanto, a posição ingênua de causa-efeito absoluta entre domínio da norma padrão e ascensão social, pois essa lógica não se sustenta pela análise dos fatos. Com efeito, porém, acreditamos que o desenvolvimento da competência lingüística é fator importante na luta contra as desigualdades sociais, até mesmo como forma de questionamento sobre certos discursos hegemônicos sobre língua.

Em relação aos propósitos da escola quanto ao ensino, aprender a usar a língua, seja na modalidade oral ou escrita, significa encontrar o ponto de equilíbrio entre os eixos da *adequabilidade* e da *aceitabilidade*, ou seja: “...*tudo vai depender de quem diz o quê, a quem, como, quando, onde, por quê e visando que efeito...*” (BAGNO, 2000, p.131, grifos nossos).

Na perspectiva do exposto, o trabalho com os textos jornalísticos em sala de aula poderá dar ensejo a discussões que podem contribuir para a educação sociolingüística dos alunos, principalmente no combate aos mitos arrolados por Bagno (op. cit., p.15-72) de que: 1) “*A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente*”; 2) “*Brasileiro não sabe português: só em Portugal se fala bem português*”; 3) “*Português é muito difícil*”; 4) “*As pessoas sem instrução falam tudo errado*”; 5) “*O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão*”; 6) “*O certo é falar assim porque se escreve assim*”; 7) “*É preciso saber gramática para falar e escrever bem*”, e 8) “*O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.*”

Acreditamos que tais discussões de conscientização lingüística poderão ser ensejadas a qualquer momento, a partir de questão espontaneamente surgida ou provocada pelo professor, conforme os textos jornalísticos trabalhados. Na elaboração prevista de material didático, compusemos um material (“Folhas”) com amostragem de trabalho com esse objetivo, a ser disponibilizado na internet pela Secretaria de Estado da Educação.

Consideramos relevante mencionar ainda o “círculo vicioso” referido por Bagno (2000), formado pelos seguintes elementos: gramática tradicional, ensino tradicional e livros didáticos. Desse modo, a gramática tradicional é a base da prática de ensino, que por seu turno origina a indústria do livro didático, cujos

autores, completando o círculo, valem-se da gramática como fonte de visões e teorias sobre a língua.

Um quarto elemento mencionado pelo referido autor, e que tem parte importante no círculo vicioso do preconceito lingüístico, são os denominados “*comandos paragramaticais*”, em que se inclui “...*todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone (...)*” (op. cit., p.76-7).

A esse respeito, recorde-se que os jornais muitas vezes têm seções ou trazem artigos ou reportagens sobre “dificuldades da língua portuguesa”, as quais podem dar margem a frutíferas discussões.

Sem tirar o mérito das grandes empresas de comunicação que colocam a questão da língua em pauta nos intervalos de suas programações, deve-se atentar a que, a título de exemplo, passam por cima do fato de que saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento. A ortografia não faz parte da gramática internalizada da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua que todo falante domina. A fixação nesses aspectos constitui o que o autor acima mencionado chama de “paranóia ortográfica”.

Ao ignorar essa visão mais bem informada do fenômeno língua, os comandos paragramaticais têm sido fator de perpetuação dos preconceitos lingüísticos aludidos, quando poderiam, dada a força que têm, ser de grande serventia na desconstrução dos antigos mitos e preconceitos, na elevação da auto-estima lingüística dos brasileiros e no apontamento do que a língua tem de fascinante a ser analisado. Pois, se são mostradas as enquetes entrevistando pessoas da sociedade em geral sobre grafias, pronúncias, concordâncias, etc., fica subjacente a idéia de que os que erram essas particularidades não falam português direito, que português é muito difícil, enfim, confirmam as visões mal informadas do senso comum sobre língua, questões já ultrapassadas do ponto de vista das ciências da linguagem.

Em resumo, se a tarefa principal da escola é instrumentar o aluno no uso da língua culta, como elemento a lhe dar mais condições para acesso aos bens culturais e materiais, a instituição deve, por outro lado, sem negar sua importância, mostrar a relatividade do valor da norma privilegiada, desvelando a falácia de sua intrínseca superioridade sobre outras variedades da língua, enquanto manifestações do fenômeno linguagem:

“O espaço escolar, então, deve propiciar e promover atividades que possibilitem ao aluno tornar-se um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os diferentes discursos e de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente.” (PARANÁ, 2006, p.24).

VISÕES DE LÍNGUA, DE TEXTO E DE LEITURA ADOTADAS

A acepção de língua com que se opera nas Diretrizes Curriculares para Língua Portuguesa (op.cit., p.28), por nós aqui assumida, toma esse fenômeno como prática que se efetiva nas diferentes instâncias sociais, tendo como Conteúdo Estruturante o discurso como prática social. Os discursos são concebidos como associados a determinadas realidades materiais; são formados por diferentes vozes as quais, por sua vez, representam ideologias muitas vezes em contradição, justificadas pelo seu uso em diferentes esferas sociais.

Assim sendo,

“o texto é visto como lugar onde os participantes da interação dialógica se constroem e são construídos. O texto é, assim, articulação de discursos, vozes que se materializam, ato humano, é linguagem em uso efetivo.” (op. cit., p.21)

Decorre disso a visão de leitura *“como um processo de produção de sentido que se dá a partir de interações sociais ou relações dialógicas que acontecem entre o texto e o leitor.”* (p.25)

Mais adiante, o documento nos aponta caminhos para a efetivação da prática de leitura em sala de aula:

“Ler é familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais – notícias, crônicas, piadas, poemas, artigos científicos, ensaios, reportagens, propagandas, informações, charges, romances, contos etc -, percebendo em cada texto a presença de um sujeito, de um interesse.”(p.31)

Como se constata, o jornal, objeto deste estudo, é suporte para quase todos os tipos de textos mencionados na referência anterior, razão por que se confirma sua enorme valia como instrumento de ensino. Fundamentalmente, no trabalho com o jornal, visa-se voltar ao objetivo natural da leitura que é a busca da compreensão

da vida, não para responder aos artificialismos e pretextos impostos pela escola. Assim, o treinamento da língua culta, as análises gramaticais, as inculcações de valores e as respostas fechadas a exercícios de compreensão e interpretação não são mais os objetivos visados. Na perspectiva referida, os sentidos de um texto estão mais na capacidade do leitor de perceber os entrelaçamentos e dar-lhes significados do que na intenção do seu autor, dentro, evidentemente, dos limites de significação potencializados por esse texto. Afinal:

“Não é só quem escreve que significa: quem lê também produz sentidos. E o faz, não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas, cuja especificidade está em serem sócio-históricas.” (ORLANDI, 2005, p.58).

Pode-se depreender que, para a autora, o mais alto grau de eficiência na leitura é alcançado quando a escola atinge o funcionamento ideológico da linguagem, pois “*não há compreensão sem historicidade*”. (p.74). Coaduna-se essa afirmação com a assertiva da Análise do Discurso de que a textualidade é histórica.

Nesse sentido, tanto os conhecimentos da Semiótica como da Análise do Discurso podem dar suas contribuições para esta intervenção, pois, conforme Barros (1994) e Gregolin(1995), as duas disciplinas nos possibilitam ao mesmo tempo uma análise interna (O que o texto diz? Como ele diz?) e uma análise externa (Por que este texto diz o que ele diz?), pois:

“... o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais, ou sócio-históricos de fabricação do sentido.” (BARROS, 1994, p.7).

Torna-se relevante, nessa perspectiva, o conceito de ‘ideologia’:

“A ‘ideologia’ é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social.” (GREGOLIN, 1995, p.17).

Igualmente, uma vez que as palavras, expressões, afirmações, mudam de sentido conforme as posições mantidas pelos que as empregam, o que significa que o sentido é dado na referência a essas posições, isto é, em relação às formações

ideológicas nas quais essas posições se inscrevem, avulta, em função de nosso objeto específico, o conceito de formação discursiva:

“As formações discursivas representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem. É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões, etc, recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.” (ORLANDI, 1996, p.108).

Dessa forma, uma formação discursiva se define pela repetição dos mesmos percursos temáticos ou figurativos; em outras palavras, os discursos que mantêm uma “relação contratual” pertencem à mesma formação discursiva. Porém, como afirma Fiorin (1994), os limites entre as formações discursivas tendem a não ser tão delimitados, de modo que podem existir relações contratuais, embora bastante tênues, entre formações discursivas distintas.

Espera-se, assim, no trabalho com o jornal impresso, poder desvendar, entre os demais aspectos aqui levantados, em que formações discursivas se inscrevem, explícita ou implicitamente, os discursos dos textos focalizados, trazendo à luz seus temas para reflexões.

CONTEXTO, GÊNEROS TEXTUAIS E INTERTEXTUALIDADE: OUTROS APONTAMENTOS IMPORTANTES

Na abordagem de textos de quaisquer tipos, privilegiadamente os contidos no suporte jornal impresso, por sua diversidade e riqueza, em uma perspectiva contemporânea dos estudos da linguagem, torna-se inconcebível, a nosso ver, passar ao largo dos desenvolvimentos da área apontados nesta seqüência.

No embasamento do programa mínimo, além do conhecimento já mencionado de educação sociolingüística, das visões de língua, texto e leitura em que nos inserimos, não se prescinde da noção de contexto, esta abrangendo a situação de interação imediata, o entorno sócio-político-cultural e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores, nos termos definidos em Koch, 2006.

Além da abordagem do jornal pelo seu aspecto exterior, sua linguagem e o contexto da informação, FARIA (1996) já aludia a um trabalho com os gêneros textuais presentes nesse meio. Acresce, porém, que trabalha com o conceito

presente na literatura da área de comunicação. Segundo nos parece, desponta a necessidade de se estabelecer alguma base para um trabalho mais fértil com os gêneros do jornal, operando com a noção ora em voga, nos termos de Bakhtin (1992), em que gêneros podem ser caracterizados como tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca, os quais possuem uma forma de composição, um plano composicional. Os gêneros são distintos ainda por conteúdo temático e estilo. Além disso, constituem-se em entidades escolhidas a partir das esferas de necessidade temática, do conjunto de participantes e da vontade enunciativa ou intenção do autor.

Na exploração dos gêneros jornalísticos em sala de aula, já tínhamos como princípio não isolar os textos jornalísticos de seu suporte, pois podíamos correr o risco de transformar os gêneros do jornal em gêneros escolarizados. Com isso, tencionávamos proporcionar aos alunos situações de comunicação mais próximas das reais. Fica claro, porém, que a intermediação do professor necessariamente altera a natureza do gênero, acreditamos, com vantagens para o processo de ensino-aprendizagem, em termos de experiências de leitura.

Igualmente, não nos escapou à atenção, a aproximação que os veículos impressos de informação apresentam dos meios virtuais. Se pensamos, como exemplo, no gênero reportagem, vemos que o texto principal é, normalmente, rodeado de *boxes*, gráficos, tabelas, fotos, ilustrações, todos contribuindo para a construção dos sentidos. Desse modo, o texto jornalístico impresso (e em revistas esse trabalho parece ser mais acurado), tem se valido de recursos do hipertexto, definido como:

“um suporte lingüístico-semiótico hoje intensamente utilizado para estabelecer interações virtuais desterritorializadas (...) o termo designa uma escritura não-seqüencial e não-linear, que se ramifica e permite ao leitor virtual o acessamento praticamente ilimitado de outros textos, a partir de escolhas locais e sucessivas em tempo real.”(KOCH, op. cit.,p.63)

Estes apontamentos confirmam a assertiva de que a compreensão não se realiza de modo linear e seqüencial, como antes se pensava, o que se constitui em argumento para afirmar que todo texto é um hipertexto, se considerarmos que, na construção do sentido, há um constante movimento em várias direções, bem como a referência a diferentes fontes e formas de informação textuais e extratextuais.

Nas aulas com jornal, em nossa observação dos mecanismos da construção dos sentidos, tomou vulto, naturalmente, a questão da intertextualidade, tanto aquela mais imediata, em que diferentes textos tratam do mesmo tema dentro de uma mesma edição ou período do jornal, como a intertextualidade dependente de um conhecimento de mundo mais amplo. De fato,

“o texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto do contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos... por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas.” (BAKHTIN, 1986, p.62)

Nessa direção, um trabalho com o jornal terá, entre outros objetivos, o de analisar a presença do outro naquilo que lemos, procurando abranger os dois lados do fenômeno da intertextualidade: a chamada intertextualidade em sentido amplo (*latu sensu*), constituinte de todo e qualquer discurso, e a intertextualidade *stricto sensu*, marcada pela presença de um hipertexto, distinção haurida em Koch (2007).

O jornal, em sua particularidade de acompanhar cotidianamente certos temas, mostra-se como um rico meio para um trabalho com intertextualidade, por se constituir em um mosaico de citações diretas e indiretas, referências, absorções e transformações de outros textos falados ou escritos, em outras ou na mesma mídia.

É o suporte o qual, segundo se pode entender, mais se presta ao exercício da compreensão de que um texto não nasce “do nada”, mas constrói-se a partir de algo dito ou feito por alguém, em relação ao que um outro alguém estabelece uma posição, ou, em outras palavras,

“todo texto é, portanto, um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior. Dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que ele retoma, a que alude ou aos quais se opõe.” (KOCH, op. cit., p.16)

Particularmente importante em nosso percurso com o jornal em sala de aula foi a presença da intertextualidade do tipo temática, assim mencionada pela autora referida:

“A intertextualidade temática é encontrada, por exemplo, entre textos científicos pertencentes a uma mesma área do saber ou uma mesma corrente de pensamento, que partilham temas e se servem de conceitos e terminologia próprios, já definidos no interior dessa área ou corrente

teórica; entre matérias de jornais e da mídia em geral, em um mesmo dia, ou durante um certo período em que um dado assunto é considerado focal; entre as diversas matérias de um mesmo jornal que tratam desse assunto.”(KOCH, op. cit., p.18)

Nas nossas “aulas com jornal” compareceu, em menor grau, o chamado *détournement*, conceito relacionado ao de intertextualidade implícita, que consiste, na acepção referida por Koch (op.cit., p.45), na produção de um enunciado que possui as marcas lingüísticas de um enunciado proverbial, porém não reconhecido em nossa memória de provérbio e frases feitas.

Como exemplo, no jornal Folha de São Paulo de 17/04/2008, um texto do comentarista esportivo Juca Kfoury tinha o título “A mão de todos os clássicos”, cuja estrutura nos lembra a expressão “a mãe de todas as guerras”. O artigo se referia ao gol de mão do jogador Adriano Imperador, assunto em pauta no período, presente ainda em charges e outros gêneros do jornal, aos quais recorreremos para diálogos possíveis.

Percebe-se nesse tipo de operação criativa por parte do autor,

“o objetivo de levar o interlocutor a ativar o enunciado original, para argumentar a partir dele; ou então ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações ou orientá-lo para um outro sentido, diferente do sentido original.” (KOCH, op. cit., p.45).

Sem entrar nas minúcias das distinções feitas das outras intertextualidades pela autora (estilística, explícita, implícita, intergenérica, tipológica, paratextualidade, arquitextualidade, metatextualidade, hipertextualidade), vemos grandes possibilidades em se trabalhar a questão com o veículo jornal impresso, conforme transparece no que até aqui colocamos, bem como pelas incursões que realizamos na sala de aula.

CONCLUSÃO

Com esse trajeto, originado de nossa intervenção em sala de aula e leituras, este trabalho tencionou contribuir para o desenvolvimento de um programa de leitura – por meio do trabalho com o jornal impresso – aspirando à competência não só para trazer ao cotidiano escolar os temas da esfera midiática, como também para favorecer a reflexão crítica sobre esses temas sociais, dialogando com as formações

discursivas em que se inserem, explícita ou implicitamente, as vozes contidas nos textos focalizados.

Conforme explicitamos, teve-se como propósito central traçar um percurso teórico fundamentado em caminhos contemporâneos dos estudos da linguagem, nos campos relacionados ao conhecimento do contexto sócio-histórico de produção, bem como aos expedientes de construção do significado, para embasar um trabalho com a mídia jornalística impressa em sala de aula, particularmente do ora denominado Ensino Médio.

Em próximas oportunidades, no correr de nossos projetos de formação continuada, planejamos explorar mais a materialização didática dos conceitos aqui aventados, bem como ampliar estas idéias como os novos desenvolvimentos na área de leitura.

Igualmente, com base na pequena experiência com o jornal em sala de aula mencionada e nas discussões aqui compartilhadas, aspiramos a encorajar os pesquisadores e professores quanto à promessa que representa o uso do jornal impresso como ferramenta didática, em seu potencial de dar um novo alento às aulas. Contudo, o sentido dessa promessa somente poderá ser revelado a cada mestre a partir do seu entusiasmo pela experimentação e pela construção do conhecimento pedagógico em sua área de atuação.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BAKTHIN, Michael. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKTHIN, Michael. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana L.P. **Teoria semiótica do texto**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BLATYTA, Dora F. Mudança de habitus e teorias implícitas – uma relação dialógica no processo de educação continuada de professores. In: ALMEIDA FILHO, J.C. (org.) **O professor de língua estrangeira em formação**. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.63-81.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** – sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CHEIDA, Marcel J. **O jornal na tensa fronteira entre o público e o privado: um estudo para ler criticamente os jornais em sala de aula.** Anais do 3º Seminário nacional O Professor e a Leitura do Jornal - 2006. Disponível no site da Associação de Leitura do Brasil: www.alb.com.br, acesso em maio/2007.

FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto:** língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal na sala de aula.** 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. & FIORIN, J.L. (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade.** São Paulo, EDUSP, 1994.

GONÇALVES, Lúcia Maria. **Do leitor ao leitor:** Um estudo de caso sobre as insuficiências do jornal em sala de aula no ensino fundamental. Tese de Doutorado: Defendida em 2004, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. **A análise do discurso: conceitos e aplicações.** ALFA, São Paulo, 39:13-21, 1995.

KOCH, Ingedore G.V. **Desvendando os segredos do texto.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. **Intertextualidade: diálogos possíveis.** São Paulo: Cortez, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura.** 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996 (Coleção Passando a Limpo).

ORLANDI, Eni P. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel T. **Leitura: perspectivas interdisciplinares.** 5ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica.** Curitiba: SEED, 2006. Disponível na página do Portal Educacional do estado do Paraná <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>, acesso em março/2007.

PERINI, Mário A. A leitura funcional e a dupla função do texto didático. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel T. **Leitura: perspectivas interdisciplinares.** 5ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Ezequiel T. **A produção da leitura na escola:** pesquisas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Ezequiel T. da. **O jornal na vida do professor**. Anais do 3º Seminário Nacional O professor e a leitura de jornal – 2006. Disponível no site da Associação de Leitura do Brasil: www.alb.com.br, acesso em maio/2007.

SUEIRO, Wanderley. O pensamento do professor de português: variedade lingüística. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

ZANCHETTA, Juvenal. **Por que, afinal, a leitura de jornais na escola?** Anais do 3º Seminário Nacional O Professor e a Leitura do Jornal – 2006. Disponível no site da Associação de Leitura do Brasil: www.alb.com.br, acesso em maio/2007.